



AS “POLÍTICAS IMPLÍCITAS” DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA DINÂMICA NORDESTINA NO SÉCULO XXI

Sessão Temática 4: Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional

RESUMO

A Região Nordeste do Brasil configura a primeira economia formada no território brasileiro. No andar do desenvolvimento do capitalismo nacional, esta região participa das grandes transformações realizadas no país, e a cada metamorfose sofrida, se estabelecia um novo direcionamento da sua dinâmica regional. Posto isto, o presente ensaio tem como objetivo analisar as políticas regionais implícitas na trajetória recente da economia nordestina, notadamente no Semiárido, frente a oscilação na concretização de uma política nacional de desenvolvimento, no período de 2003 a 2022. Os resultados conferem que as políticas implícitas foram as maiores responsáveis pelo desempenho e recentes transformações na economia nordestina no começo do Século XXI.

Palavras Chave: Economia Regional; Políticas Implícitas; Nordeste.

ASPECTOS METODOLOGICOS

Este trabalho está constituído sob a forma de um levantamento bibliográfico e pesquisa documental, de natureza quantitativa (Fontelles, 2019).

O levantamento bibliográfico terá a finalidade de discernir as políticas implícitas e os fenômenos já averiguados. Os principais autores para a pesquisa bibliográfica serão: Araújo; Santos (2021), Brandão (2019a; 2019b), Coelho (2017), Constantino *et al.* (2023), Souza (2022).

Os dados documentais serão extraídos do SIDRA do IBGE (2023a, 2023b, 2023c, 2023d, 2023e). Tomando como intervalo 6 anos, dos períodos 2003 a 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No retorno do Estado como provedor do desenvolvimento regional, as recentes transformações na dinâmica econômica nordestina estão sendo determinadas, preminentemente, por dois macros fenômenos, sintetizando os observados por Brandão (2019b), são eles: *I*) A promoção das políticas implícitas de âmbito nacional, impactando e redefinindo os espaços regionais; e, *II*) o investimento e a reconfiguração da estrutura produtiva nordestina, em consonância com a nacional e o global.

A exemplo das políticas implícitas atuantes na região, dentre elas, destaca-se as políticas sociais e assistenciais e o grande investimento na interiorização do ensino superior público. Um dos mais importantes programas, o Bolsa Família, ampliou sua cobertura de 3,6 milhões para 13 milhões de famílias vulneráveis, de 2003 a 2010, impulsionando o mercado interno e a frequência no ensino básico. Para mais, também se acrescenta a valorização real do salário mínimo, entre outros programas assistenciais, ancorados à mecanismos macroeconômicos de estímulo à propensão marginal ao consumo (Araújo; Santos, 2021; Brandão, 2019b; Coelho, 2017).

No bojo das políticas explícitas, na questão regional, a crítica que se faz ao Governo Lula, I e II, é que a PNDR I, em nenhum momento, esteve como prioridade na agenda e no planejamento da gestão. Desse modo, carecendo de interação interministerial e articulação, a política não ultrapassou os resultados e a eficácia das políticas sociais, inviabilizando muito do que a PNDR se propôs (Brandão, 2019a).

Com relação à ampliação do acesso ao ensino superior público, foi o segmento mais bem sucedido em “(re)definir” as estruturas mais tradicionais e inflexíveis do Nordeste. A política de interiorização do ensino superior no Brasil formou e reorganizou as bases produtivas

das cidades mais longínquas do dinamismo e proporcional a instalação do terciário moderno no centro de acumulação destas economias (Souza, 2022).

Nos dados extraídos do IBGE (2023a; 2023b; 2023c; 2023d), pode-se também verificar a intensa desigualdade inter-regional e intrarregional. A disparidade entre o porte da indústria de transformação instalada no Sudeste em contraponto à no Nordeste diminuiu ao longo da série, enquanto no Sudeste a participação na produção nacional caiu de 60%, em 2003, para 52%, em 2021, enquanto, respectivamente, no Nordeste cresceu de 9% para 10%. Porém, em 2021, o ganho nordestino foi descontinuado, caindo de 11% para 10%. No que concerne a estrutura intrarregional nordestina, em 2003, Bahia sobressai, com 50% de participação na produção, em conjunto com Pernambuco, 16%, e Ceará, 13%, assim como posto no estudo de Constantino et al. (2023). Para a região, o mesmo movimento de difusão ocorreu, mas com os dois últimos citados crescendo em participação, 24% e 15% respectivamente, enquanto a Bahia decresceu para 39%.

Em síntese, a base industrial nordestina se ampliou e se consolidou. A queda na importância da indústria de transformação do Sudeste e o ganho fracional da nordestina evidencia a difusão manufatureira para as outras regiões, que é um reflexo da expansão do mercado interno pelas políticas implícitas de impacto regional. O que fora percebido por Araújo; Santos (2021) e Brandão (2019b) é a coexistência de um processo de desindustrialização e de desconcentração manufatureira, isto é, enquanto a extensão da capacidade produtiva brasileira está encolhendo, a extensão territorial da indústria pelas demais regiões está em ritmo de expansão, precisamente para as capitais e áreas metropolitanas. Nessas circunstâncias, a expansão das atividades industriais, sucedida após os anos 2000, foi muito mais em direção costeira e pouco à interiorização (Constantino et al., 2023).

Em 2021, o valor agregado bruto do setor (Serviços e Administração Pública) corresponde a grandeza dos 72% desta economia (IBGE, 2023e). Esse fator é correlato com o processo de desindustrialização, sob a forma de transformações na divisão social do trabalho, a nova configuração setorial econômica se forma em predomínio terciário, em que os atuais núcleos urbanos dinâmicos se fortaleceram com avanço dos serviços modernos e da nova reorganização (Araújo; Santos, 2021).

RELAÇÃO COM A TEMÁTICA

O estudo visa discutir as políticas implícitas de desenvolvimento regional e seus impactos, uma vez que a questão regional e as políticas explícitas foram alçadas a segundo plano na discussão, gestão e planejamento de políticas públicas.

REFÊRENCIAS

- ARAUJO, T. B.; SANTOS, V. M. Revisitando a trajetória recente do desenvolvimento nordestino em homenagem a Wilson Cano. In: SANTOS, A. Q.; et al (Orgs.). **Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, ABED, 2021. p. 378-396.
- BRANDÃO, C. A (2019a). **Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9117>. Acesso em: 01/11/23.
- BRANDÃO, C. A. (2019b). **As ausências e elos faltantes das análises regionais no Brasil e a proposição de uma agenda de pesquisas de longo prazo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9117>. Acesso em: 01/11/23.
- COELHO, V. L. P. A Política regional do governo Lula (2003-2010). In: NETO, A. M.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8998>. Acesso em: 01/11/23.
- CONSTANTINO, J. P. D. et al. Dinâmicas recentes do Nordeste brasileiro: reflexões sobre os novos determinantes da questão urbano-regional. **XX ENANPUR**, Bélem/PA, 2023. Disponível em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st11-23.pdf>. Acesso em: 30/10/23.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2023a). **Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões e os grupos de atividades (CNAE 2.0) - Brasil, Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2007 a 2021**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1848>. Acesso em: 28/10/23.
- IBGE (2023b). **Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões de atividades (CNAE 2.0)**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1849>. Acesso em: 28/10/23.
- IBGE (2023c). **Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões e os grupos de atividades - Brasil, Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) Pesquisa Industrial Anual - Empresa 1996 a 2007**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1987>. Acesso em: 28/10/23.
- IBGE (2023d). **Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões de atividades - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Unidade da Federação Espírito Santo Pesquisa Industrial Anual - Empresa 1996 a 2007**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1986>. Acesso em: 28/10/23.

IBGE (2023e). **Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 28/10/23.

SOUZA, R. C. A Expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil e o desenvolvimento regional: o caso de Pau dos Ferros-RN. In: MACEDO, C. M.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (Orgs.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI**. Brasília: IPEA, 2022. p. 331-353.